



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0017140-18.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Valéria Cristina de Lima**  
 Requerido: **Athenas Paulista Transportes Coletivos Ltda**

Proc. 1788/11

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

VALÉRIA CRISTINA DE LIMA, já qualificada nos autos, moveu ação de indenização por danos materiais e morais contra RCM TRANSPORTES COLETIVOS LTDA., também já qualificada, alegando, em síntese, que:

a) costuma se utilizar do coletivo da ré, prefixo 24414, que tem por destino a Vila Marcelino.

b) logo após seu embarque, na rua Dna. Alexandrina, o motorista freou bruscamente o ônibus e por todo o trajeto, conduziu o coletivo em excesso de velocidade e fazendo manobras arriscadas.

c) na rua Totó Leite, o condutor não esperou que todas as passageiras desembarcassem em segurança.

Por conta disso, a filha a autora, de apenas 05 anos, que vinha atrás desta, ficou presa na porta do ônibus.

Ainda assim o condutor começou a movimentar o veículo, o que fez com a suplicante esmurrasse a porta do coletivo, o que lhe causou ferimentos no braço esquerdo.

Outrossim, o motorista só parou após uma passageira ter gritado para que o fizesse.

Alegando que sua filha após o ocorrido não consegue mais entrar em ônibus, o que causa transtorno à autora e, ainda, que a atitude do preposto da ré,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que lhe insultou, lhe causou danos morais, protestou, por fim, a suplicante, pela procedência da ação, a fim de que a ré seja condenada a lhe pagar a quantia de R\$ 50.000,00, a título de indenização.

Outrossim, a título de danos materiais, requereu a autora a condenação a ré ao pagamento da quantia de R\$ 1.600,00, correspondentes aos gastos médico – hospitalares que experimentou (fls. 25/27).

Docs. acompanharam a inicial (fls. 09/23 e fls. 28/31).

Regularmente citada, a ré contestou (fls. 37/41), requerendo e alegando:

a) a denúncia da lide a Nobre Seguradora do Brasil S/A.

b) no mérito alegou a ré que os fatos relatados na inicial, ocorreram por total da negligência da autora que desembarcou com uma filha no colo e sacola de compras nas mãos.

Destarte, deixou de dispensar os cuidados necessários à outra filha, para que esta desembarcasse em segurança.

No mais alegou a ré que a autora não provou o que foi por ela alegado, consignando que a documentação referente aos supostos danos materiais datam de época posterior ao evento referido na inicial.

Réplica à contestação, a fls. 53/59, acompanhada de doc. (fls. 60/61).

A fls. 63/64, este Juízo deferiu o pedido de denúncia da lide.

A denunciada contestou a fls. 89/103, batendo-se pela improcedência da ação.

No mais, observou que em caso de procedência da ação, só deve responder pelo que exceder as coberturas do seguro obrigatório DPVAT.

Réplica à contestação da denunciada a fls. 148/150.

O feito foi saneado (fls. 160/161) e determinada a produção de prova oral em audiência.

Foram tomados os depoimentos da autora (fls. 188), de uma testemunha arrolada pela ré (fls. 189).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em sede de alegações finais, as partes ratificaram suas manifestações anteriores.

É o relatório.

DECIDO.

Alegou a suplicante que a autora que a ré, por força de imprudência de seu preposto, na condução de coletivo, lhe causou danos de ordem material e moral.

Isto posto, e considerando o que dispõe o art. 331, inc. I, do CPC, o feito foi saneado, para que a requerente demonstrasse o que alegou, sob o crivo do contraditório.

Ressalte-se que o ônus da demonstração da responsabilidade da ré, era da suplicante, ex vi do que dispõe o art. 333, inc. I, do CPC.

Comentando tal dispositivo, Vicente Greco Filho (Direito Processual Civil Brasileiro - 2o. Volume - Saraiva - pgs. 176/177) observa que fatos constitutivos "são aqueles que, se provados, levam à consequência jurídica pretendida pelo autor. A relevância ou não de determinado fato para a produção de certo efeito jurídico é dada pelo direito material, porque nele estão definidas as relações jurídicas e os respectivos fatos geradores de direitos subjetivos. O autor, na inicial, afirma certos fatos, porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo do direito....É evidente que, se o autor afirma certo fato, tem o réu interesse em demonstrar que tal fato não existiu ou não ocorreu da maneira afirmada pelo autor. No momento do julgamento, porém o juiz apreciará toda a prova (e contraprova) produzida e, se ficar na dúvida quanto ao fato constitutivo, em virtude do labor probatório do réu, ou não, o autor perde a demanda e o juiz julga a ação improcedente." (o destaque é nosso).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A invocação do Código de Defesa do Consumidor, não favorece a autora.

Com efeito, comentando o dispositivo contido no art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/90, observa Arruda Alvim, em Código de Defesa do Consumidor Comentado - RT - pg. 69/70, que tal inversão "*significa que caberá ao réu (fornecedor) produzir o conjunto probatório que afaste as alegações do autor (consumidor), mesmo que este não tenha apresentado provas de suas alegações...*

*Afirma-se que para as ações de responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto ou pelo fato do serviço, em face de o Código do Consumidor prescrever como eximente de responsabilidade a prova da inexistência do defeito, prova esta que cabe ao fornecedor, se desobrigaria o consumidor da prova do defeito.*

*Pensamos que tal não ocorre, pois permanece intacta nesse ponto a distribuição do ônus da prova do art. 333, do Código de Processo Civil, que, como vimos acima, diz competir ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

*Como, sem dúvida, a existência do defeito é fato constitutivo do direito do autor/consumidor (cabendo-lhe, portanto, a prova consoante o art. 333, I, do CPC), pois não há responsabilidade civil do fornecedor no sistema do Código do Consumidor, sem a existência de defeito juridicamente relevante (art. 12, caput), e, por sua vez, a inexistência do defeito é fato impeditivo do direito do autor/consumidor (cabendo ao fornecedor o ônus de sua comprovação, nos termos do art. 333, II, do CPC), e por esta razão foi expressamente previsto pelo Código do Consumidor como eximente da responsabilidade do fornecedor, que deverá prová-lo, em nada se afasta do regime de distribuição do ônus da prova do Código de Processo Civil".*

Pois bem, isso assentado, há que se indagar: logrou a autora provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito?

Encerrada a instrução, a conclusão que se impõe é a de que não conseguiu.

Com efeito, a documentação acostada à inicial, por si só, não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prova o que foi alegado pela requerente.

Mas não é só.

Realmente, os depoimentos colhidos em audiência, dão conta de que os fatos não se passaram exatamente como relatado na inicial.

Com efeito, primeiramente, contrariamente ao alegado na exordial (fls.04), a autora, como afirmado por ela, sob o crivo do contraditório (fls. 188), não depende “de ônibus”.

De fato, tem carro.

Só tomou ônibus na ocasião referida na inicial, por seu carro “tinha quebrado” (sic – fls. 188).

Logo, os prejuízos materiais invocados a fls. 03/04, não tiveram lugar.

Outrossim, alegou a autora (fls. 188) que os recibos carreados aos autos a fls. 28; 29 e 30, relação alguma têm com assunto objeto desta ação.

Destarte, a suplicante não experimentou os danos materiais invocados a fls. 25/27.

Por fim, alegou a autora que sua filha não ficou machucada.

A única testemunha ouvida (fls. 189), não presenciou os fatos relatados na inicial.

O pressuposto para a indenização por danos morais é a existência de uma dor.

“Dor” para efeito de danos morais, implica em violação, como ensina, Carlos Alberto Bittar, “*da própria valoração da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputação ou da consideração social)*” (BITTAR, Carlos Alberto. A reparação civil por danos morais. 3ª ed. 2ª tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1999, p.45.).

Partindo-se de tal premissa, forçoso convir que a suplicante não logrou demonstrar, séria e concludentemente, que a conduta do preposto da ré, lhe tenha provocado danos na extensão posta na inicial.

Ante todo o exposto, a improcedência da ação é medida que se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

impõe.

De fato, além da autora não ter logrado demonstrar o que alegou acerca da ré, esta tampouco demonstrou séria e concludentemente, o que alegou na contestação.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo improcedente** a ação.

Condeno a autora ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo, amparado nas balizas impostas pelo art. 20, do CPC, em R\$ 1.000,00.

Como a autora é beneficiária da Justiça Gratuita, suspendo a execução das verbas de sucumbência até que reúna condições para pagamento.

**Julgo improcedente a denunciação da lide.**

A denunciante arcará com as custas expendidas pela denunciada e honorários advocatícios ao patrono desta, que fixo, amparado nas balizas impostas pelo art. 20, do CPC, R\$ 1.000,00.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 19 de junho de 2014.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**